

‘É necessário atualizar o professor’

SÔNIA WANDERLEY — No Colégio de Aplicação, no exame que se faz para ingresso na 5ª série do 1º grau, havia há alguns anos uma prova de Estudos Sociais. Os professores de Geografia e de História desistiram dessa prova, preferindo que eles entrem sem nenhum conhecimento. A prova era elaborada em nível de conhecimento cognitivo e os alunos não conseguiam responder às questões. Eles tinham decorado, por exemplo, os nomes de todos os donatários, de todas as capitais dos países da África etc., mas não raciocinavam com noções de tempo ou de espaço.

JOSÉ CARLOS AZEVEDO — Soube de uma prova em que se pedia ao aluno representar um conjunto vazio. Um menino que está estudando matemática precisa saber somar, subtrair, mas ele hoje comece a aprendendo conjunto que é uma coisa abstrata. É essencial, mas não para esse nível de conhecimento. Há uma série de modernismos incorporados na educação nacional que gera uma confusão monumental. Então, o aluno não sabe conjunto disso e daí, mas não sabe fazer uma conta simples de multiplicar, nove vezes nove, por exemplo. Tem de usar a maquininha. Ai é que deveria entrar o Ministério de Educação, para fazer um programa, promover a atualização do professor, e a fixação de um padrão qualitativo de ensino.

PEDRO DEMO — Concordo plenamente sobre a questão da modernidade. Mas há outra questão. A grande maioria de nossos professores vem de faculdadezinhas perdidas pelo espaço afora e que não têm a mínima condição de formar um professor. Eu duvido que esse professor seja atualizável. O fato básico é que o professor sofre uma seleção negativa, pois só vai fazer educação aquele que não teve chance melhor.

O GLOBO — Qual a solução então para formar bons professores?

JOSÉ CARLOS AZEVEDO — A solução deve partir, necessariamente, de uma política educacional que melhore os currículos e dê meios as escolas de 1º e 2º graus de oferecerem um bom ensino aos alunos.

O GLOBO — O MEC está com uma proposta de tornar o vestibular outra vez classificatório para acabar com as vagas ociosas na universidade. O que acham?

SÔNIA WANDERLEY — Em todos os setores, discute-se a questão da democratização. Na educação, principalmente, no vestibular, democratizar de repente virou sinônimo de lutar-se contra as vagas ociosas, mudando o concurso de eliminatório para classificatório. Isso é a mesma coisa que tentar resolver o problema pelas consequências. Acho que é preciso pensar primeiro sobre a qualidade da universidade, sobre que seus cursos estão formando, principalmente, as licenciaturas. E não se pode esquecer a função social da universidade em relação as vagas ociosas.

O GLOBO — Não é o caso da política nacional de ensino superior ser também uma política de desregulamentação das universidades brasileiras, em primeiro lugar, e também de enxugamento pedagógico?

PAULO RENATO — Não sei se seria o caso de enxugamento, porque, na verdade, temos uma situação de carência de educação no País. Acho que é problema de se exigir mais da universidade. Nas universidades federais do Nordeste, por exemplo, os professores trabalham seis horas por dia. Isso porque, quando os salários eram muito baixos, os professores decidiram que, se se ganhava pouco, trabalhava-se pouco e reduzia sua carga para seis horas por dia. Depois que os professores ganharam isonomia, e, hoje, os salários das universidades do Nordeste são muito mais elevados do que os das universidades do Estado São Paulo, continuaram a trabalhar seis horas. É um absurdo. Precisamos exigir mais da universidade. Exigir, por exemplo, que ela cuide da qualificação de professores de 1º e 2º graus em horas adicionais. Acho que a relação aluno/professor deve ser muito mais alta do que é na realidade. Nossa relação é baixissima.

JOSÉ CARLOS AZEVEDO — Podemos pensar numa avaliação do estudante durante todo o 2º grau, como é feito em outros países.

PEDRO DEMO — Não podemos transformar a miséria do aluno em critério acadêmico. De alguma maneira, temos de manter a qualidade



José Carlos Azevedo (à esquerda), Paulo Renato, Pedro Demo e Sônia Wanderley, durante o debate no GLOBO

da universidade, porque é isso que a sociedade quer.

O GLOBO — Mas isso se encaixa à realidade do Brasil, que tem uma rede de escolas completamente heterogênea?

PAULO RENATO — Há uma experiência da USP, que seria a de estabelecer uma proporção de vagas para os alunos das escolas públicas de acordo com o número de pontos alcançados num exame feito no final de cada ano. Esse exame teria de ser aferido pela Secretaria de Educação.

JOSÉ CARLOS AZEVEDO — Temos que resolver esse problema da mesma forma que a Embraer tratou os hóteis, fazendo uma classificação das universidades. No Brasil, abre-se uma portinhola e logo é chamada de universidade.

O GLOBO — Dentro da realidade brasileira, é possível tirar do acesso à universidade o caráter de concurso?

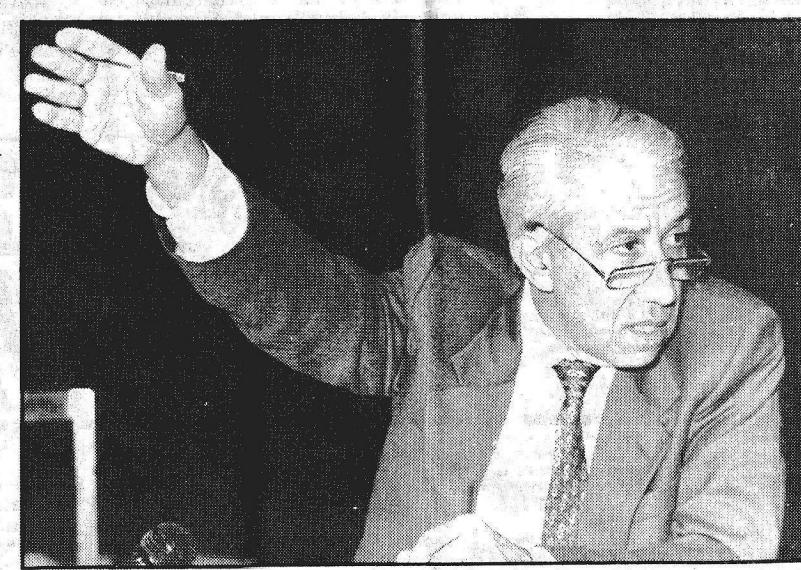
PAULO RENATO — Na cultura brasileira, o vestibular é uma espécie de garantia da independência da universidade, porque, se houver uma vaga que pode ser preenchida sem vestibular, as pressões políticas em cada universidade são terríveis. Até com o vestibular, de vez em quando, sentimos o assédio. Infelizmente, no Brasil, hoje o vestibular é a defesa da universidade.

O GLOBO — Não é o caso da política nacional de ensino superior ser também uma política de desregulamentação das universidades brasileiras, em primeiro lugar, e também de enxugamento pedagógico?

PAULO RENATO — Não sei se seria o caso de enxugamento, porque, na verdade, temos uma situação de carência de educação no País. Acho que é problema de se exigir mais da universidade. Nas universidades federais do Nordeste, por exemplo, os professores trabalham seis horas por dia. Isso porque, quando os salários eram muito baixos, os professores decidiram que, se se ganhava pouco, trabalhava-se pouco e reduzia sua carga para seis horas por dia. Depois que os professores ganharam isonomia, e, hoje, os salários das universidades do Nordeste são muito mais elevados do que os das universidades do Estado São Paulo, continuaram a trabalhar seis horas. É um absurdo. Precisamos exigir mais da universidade. Exigir, por exemplo, que ela cuide da qualificação de professores de 1º e 2º graus em horas adicionais. Acho que a relação aluno/professor deve ser muito mais alta do que é na realidade. Nossa relação é baixissima.

O GLOBO — A estatística do MEC de um professor para oito alunos é real?

PEDRO DEMO — A do IPEA é mais atualizada. A média da universidade brasileira é menos de seis



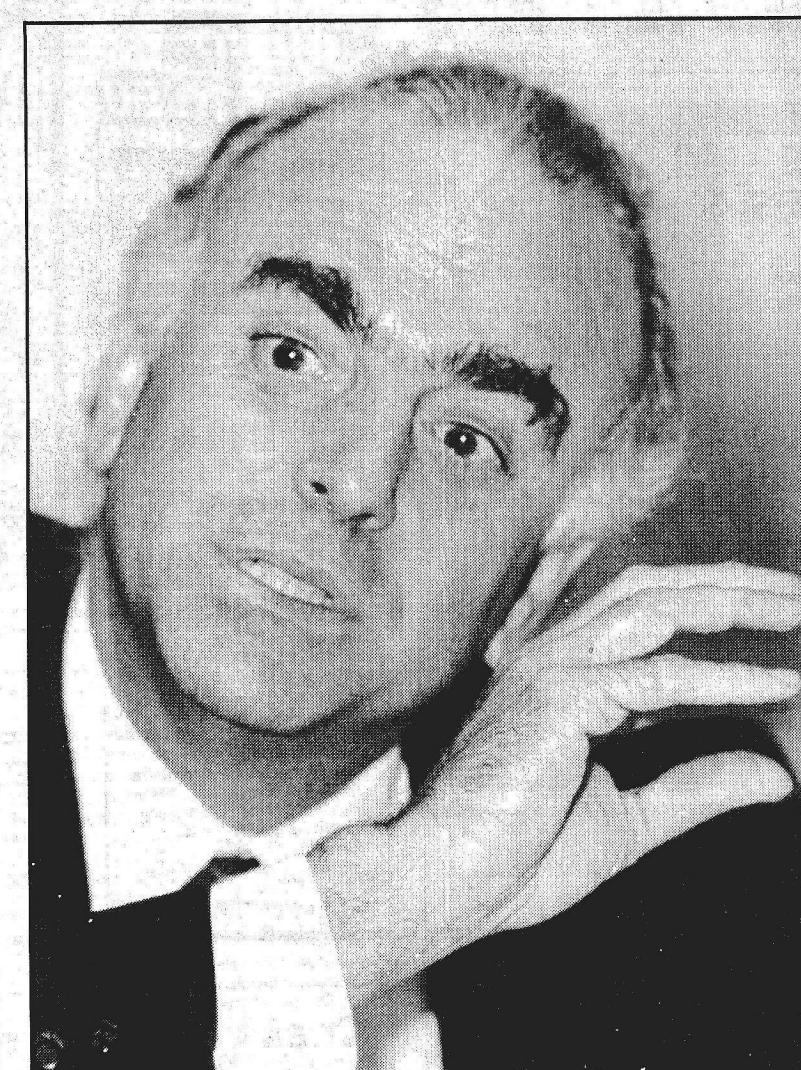
“No Brasil, abre-se uma portinhola qualquer, em qualquer lugar, e logo é chamada de universidade”

José Carlos Azevedo

Formado em Engenharia Nuclear pelo Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT), onde também fez doutorado em Física, foi Vice-Reitor e Reitor da Universidade de Brasília onde entrou em 1968 e ficou até 1985. Tem 57 anos.

alunos por professor. E, nas escolas federais, essa média é de um para quatro. Outro problema é que temos uma percentagem enorme de professores em tempo integral. Em si, está correto, na medida em que a universidade só deve viver em tempo integral. Mas, se esse número fosse reduzido à metade, não haveria nenhum problema. Isso porque não adianta ter o tempo integral profissional e não ter o produto que se deve gerar nesse tempo integral. A grande maioria das universidades

não produz nada em pesquisa. É imitativa. É cópia. Cópia da cópia. O professor só dá aula, o aluno só escuta e faz a prova. Essa figura é totalmente arcaica. Nós não temos alunos atualizados e, muito menos, professores atualizados. Os professores só contam para os alunos o que leram. Eles têm um conhecimento de segunda mão e passam para o aluno um conhecimento de terceira mão. E são treinados para isso. Não se forma novos mestres. Forma-se apenas mais discípulos. O Brasil é um País



“Na cultura brasileira, se não houvesse vestibular, as pressões políticas pelas vagas seriam terríveis”

Paulo Renato Costa Souza

Foto de Marcos André Pinto

Taxa de analfabetismo por região

De acordo com levantamento do PNA, entre a população de 15 anos ou mais, era maior na região Nordeste, seguida pela Sul e a Sudeste, conforme mostra o quadro abaixo:

Grupo	TOTAL	NORDESTE	SUDESTE	SUL
19,7%	(17.456)	38,3%	12,3%	12,4%

Analfabetismo nas áreas urbana e rural

Esta tabela mostra que mesmo na área urbana a taxa de analfabetismo na população de 15 anos ou mais não corresponde às exigências da Unesco. Na área rural, a situação é ainda mais crítica.

GRUPOS DE IDADE	TOTAL (%)	URBANA (%)	RURAL (%)
15 a 19 anos	11,0	5,9	23,8
20 a 24 anos	10,8	6,3	24,9
25 a 29 anos	11,5	6,9	27,4
30 a 39 anos	16,1	10,0	36,5
40 a 49 anos	25,2	17,3	48,5
50 anos e mais	38,8	30,7	62,6

de discípulos. Com isso, não consegue ter um projeto próprio de desenvolvimento, porque não há quem o faça, nem tem a sua autonomia, seu espaço tecnológico e assim por diante. Nossa evolução universitária teria de ser estancada de alguma maneira. Teríamos de dar meia volta, repensar e renascer da miséria que nós mesmo criamos. Um problema difícil é compor o mérito acadêmico com a miséria social do País. Podemos colocar para dentro sempre mais e ter cada vez uma miséria maior. Hoje é patente no País: o nosso médico não sabe Medicina, o nosso engenheiro não sabe Engenharia, o sociólogo não sabe Sociologia, o educador não sabe Educação. O que fazer, então? São gastos extraordinários com o produto, comparados ao produto.

PAULO RENATO — Quanto a essa questão da relação professor em tempo integral versus professor em período parcial, é importante frisar que o de tempo integral não tem uma carga didática maior do que o professor de tempo parcial. A carga didática é a mesma. Se ele tem 40 horas, em geral, ele tem menos de dez horas de aula por semana. E o professor de 20 horas tem a mesma carga didática. O tempo integral é para ser usado em pesquisa. Se a universidade não tem condições de pesquisa, o que há é uma ociosidade.

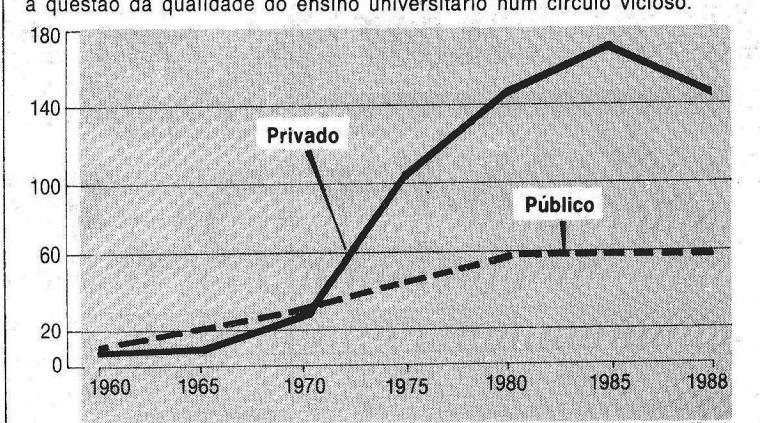
JOSÉ CARLOS AZEVEDO — Os estabelecimentos de ensino superior constituem centros de faculdades com mil títulos, só que não são uma universidade.

PEDRO DEMO — Nós damos nome de universidade a um monte de instituições que não têm qualificação.

PAULO RENATO — Uma universidade que fosse credenciada como tal deveria, dentro de um certo modelo, apresentar sua produção para continuar sendo universidade. A questão de classificarmos um estabelecimento de bom nível e lhe dar autonomia não deveria estar relacionada diretamente à questão da universalidade, e sim à qualidade. Deveríamos definir um conjunto de instituições como fazendo parte de um sistema de ensino superior. Poderíamos, assim, ter faculdades que se dedicasse apenas ao estudo de graduação; faculdades que se dedicasse apenas ao ensino tecnológico de curta duração, muito voltado para a prática; faculdades que se dedicasse à graduação pós-graduação; outras que se concentrasssem apenas na pós-graduação; outras que se concentrasssem por áreas de atividade; e outras ainda que estivessem associadas a institutos de pesquisa que não fazem ensino. Eu veria como fazendo parte do ensino superior uma diversidade de instituições, mas garantiria que tivessem um sistema de comunicação entre elas, de forma que aquela que estivesse apenas fazendo ensino de graduação devesse ter uma vinculação com um departamento, uma instituição onde se estivesse produzindo conhecimento. Eu acho que a indisponibilidade entre ensino e pesquisa não pode ser concebida em nível do estabelecimento, mas em nível do sistema.

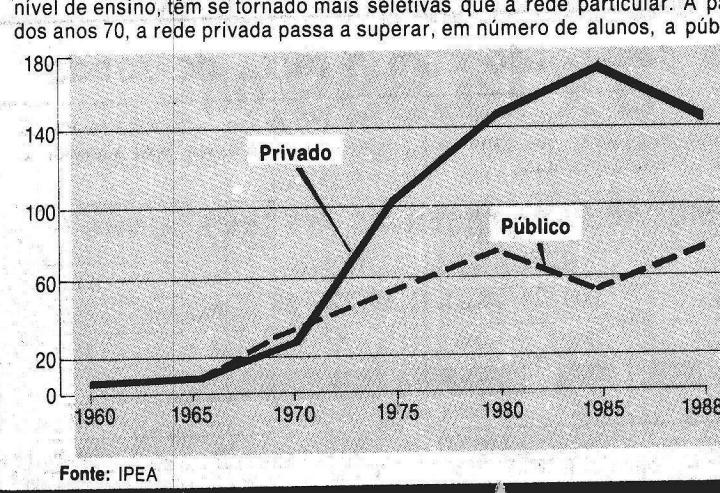
Maioria dos docentes sai da rede privada

A maioria dos professores se forma em instituições privadas de ensino. Mal preparados, são eles que vão formar os novos docentes, o que é uma questão da qualidade do ensino universitário num círculo vicioso.



Escola particular absorve mais alunos

As instituições universitárias públicas, por terem menos vagas e pelo melhor nível de ensino, têm se tornado mais seletivas que a rede particular. A partir dos anos 70, a rede privada passa a superar, em número de alunos, a pública.



“Na cultura brasileira, se não houvesse vestibular, as pressões políticas pelas vagas seriam terríveis”

Economista formado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com mestrado no Chile e doutorado na Unicamp. Secretário de Educação de São Paulo, de 1984 a 1986, e Reitor da Unicamp, de 1986 a 1990. Tem 44 anos.

Paulo Renato Costa Souza